



### ALFÂNDEGA VELHA

**N**A ANTIGA praia dos Mineiros (atual rua Visconde de Itaboraí), em frente à rua do Sabão (depois General Câmara; hoje lado ímpar da avenida Presidente Vargas), ergue-se, como uma relíquia da cidade, o prédio da velha Alfândega. Construído segundo projeto do arquiteto Grandjean de Montigny e administração do comendador José Marcelino Gonçalves, para sede da Praça do Comércio (que desde 1867 passou a denominar-se “Associação Comercial”), foi solenemente inaugurado no dia 13 de maio de 1820, aniversário natalício de D. João VI.

Não permitindo a rua do Sabão, por sua estreiteza, pudessem os côches reais circular com facilidade, fêz a comitiva real o percurso por



via-marítima, partindo a galeota de São Cristóvão e passando pelo canal que separa São Bento da ilha das Cobras.

Foi um dia de festa, de regozijo e de alegria para os comerciantes do Rio de Janeiro, tendo havido o tradicional “copo d’água”, muita música e numeroso concurso de povo.

Decorrido um ano — a 21 de abril de 1821 — quando se faziam os preparativos para a volta do Rei para Portugal, transferindo de nôvo para a Europa a sede da monarquia portuguesa, um grupo de eleitores reuniu-se naquele prédio, a fim de proceder à escolha dos representantes à Constituinte. Lidos os nomes dos novos ministros que deviam permanecer no Brasil com o príncipe D. Pedro, tumultuou-se a sessão, protestando os eleitores contra alguns dêsses ministros e exigindo que a nova Constituição fôsse baseada nos princípios liberais do estatuto espanhol, promulgado pouco tempo antes. Nomeou-se uma comissão de cinco membros para ir a São Cristóvão intimar ao Rei a vontade do povo e também para ordenar-lhe que fizesse desembarcar dos navios que deviam levá-lo a Lisbôa os cofres públicos, móveis e mais utensílios pertencentes ao nosso país, cuja presença fôra anunciada a bordo.

Tendo conhecimento disso, D. João VI ordenou que a fôrça armada dissolvesse a assembléia. As 3 horas da madrugada, as portas da Praça do Comércio foram arrombadas e, sem prévia advertência, a tropa fêz fogo sôbre os eleitores, dispersando-os a baioneta. Houve, então, grande confusão dentro e fora do edifício: alguns eleitores salvaram-se atirando-se ao mar, um ocultou-se no cano de esgôto, outros fugiram, resultando, no entanto, 3 mortos e 20 feridos. Conta-se que, no meio do tumulto, um sacerdote pulou por uma janela fechada, sem que os vidros o ferissem e, o que é mais curioso, depois de salvo, estava sem meias, sem ter perdido os sapatos com fivelas de ouro!

Em consequência dessa violência, o prédio foi abandonado pelos comerciantes, como um protesto pelo massacre de cidadãos desarmados. Permaneceu, assim, fechado, com a sua fachada crivada de balas, até 1824, quando D. Pedro I mandou incorporá-lo à Alfândega.

A fotografia mostra o histórico casarão, onde hoje está instalado o 2.º Tribunal do Júri. No frontão acima da janela semi-circular, notam-se vestígios das antigas armas do Império.

“Foi esta uma das construções mais belas — disse Moreira de Azevedo — e, no seu gênero, a mais monumental que se ergueu no tempo em que o Brasil era ainda colônia. D. João VI louvou a obra e honrou o arquiteto Grandjean de Montigny, permitindo-lhe sentar-se em sua presença e concedendo-lhe o hábito de Cristo, que o artista conservou sempre em sua casaca”.